

Caria, Telmo H. (Org.), 2002,
Experiência Etnográfica em Ciências Sociais,
Porto, Edições Afrontamento.

Um pequeno livro com textos úteis: eis uma forma de sumariar *Experiência Etnográfica em Ciências Sociais*. A colectânea junta-se à (escassa) bibliografia – de resto invocada na introdução – sobre metodologias, e em particular sobre o problema de saber como se pensa e faz etnografia nas ciências sociais em Portugal. Embora os alunos do ensino superior, os investigadores juniores e o público em geral merecessem mais obras especializadas em “normas de procedimento metodológico” (p. 9) e outros problemas estruturantes da investigação que atravessam os estudos qualitativos – à imagem do que se faz noutros países – *Experiência Etnográfica em Ciências Sociais* não se afirma como manual e denota até um certo anti-normativismo, já antes defendido por Madureira-Pinto (cf. p. 10).

Os textos são dominados por um mesmo objectivo: encontrar nas linhas teóricas que informam as diversas experiências etnográficas dos autores o sentido de todo o processo de investigação, um processo que assenta sempre na relação particular do investigador com o seu trabalho de campo e com a construção teórica. Assim, a ideia, bem apresentada por Caria, é “objectivar e racionalizar o que ocorreu” no campo (p. 10) – para “compreender a (ir)racionalidade do outro” (p.12) a etnografia é apresentada como “lugar de fronteira” (p.13) – e a ambição é contribuir para o “desenvolvimento de uma teoria social sobre a investigação etnográfica” (p. 10).

Esta opção tem efeitos legitimadores da prática científica e, também por isso, deve ser encarada com seriedade. A tentativa de dar seguimento a eixos de reflexão propostos antes por investigadores portugueses, misturando indiscriminadamente referências a sociólogos e a antropólogos como A. Firmino da Costa, Boaventura S. Santos, Madureira-Pinto, M. Vale de Almeida, M. Cardeira da Silva ou R. Iturra entre outros, aponta para a necessidade de alargamento da construção e representação da etnografia às várias disciplinas do social, o que aliás emana dos vários contributos textuais do livro.

A obra divide-se em duas partes: um bloco de textos onde se questiona sobretudo práticas de investigação – que T. Caria intitula “a construção sócio-cognitiva” – e outro – que designa como “a construção sócio-teórica” – que questiona os limites convencionais (mal) impostos ao conhecimento, obrigando a uma “recontextualização da teoria social” (p. 18).

À cabeça dos quatro primeiros capítulos está Luís **Fernandes**, um investigador que se tem afirmado como etnógrafo urbano e que faz jus à palavra interdisciplinaridade nas ciências sociais. Partindo das suas notas pessoais no diário de campo em territórios psicotrópicos do Porto, o autor conduz-nos num verdadeiro trabalho de referência para quem deseje ter uma noção fina do tipo de organização e indexação possíveis desse documento que tem para a maioria dos etnógrafos o estatuto de fonte privilegiada. (eliminar parágrafo; em não consigo). Com Paulo **Raposo** entramos no domínio da discussão de ideias exploratórias que atravessam a sua pesquisa centrada na observação e interpretação de *performances* culturais em Portugal. Partindo da ideia da “viagem etnográfica”, física e intelectual, do investigador, o autor adianta algumas advertências teórico-metodológicas válidas para o seu campo de investigação. O terceiro capítulo, da responsabilidade de Elísio **Estanque**, parte das ideias de P. Bourdieu para propor uma metodologia compreensiva onde os pressupostos subjectivos do investigador passam a ser revelados e incorporados na análise, com o fim de prevenir eventuais efeitos perversos da ciência. Entramos no contexto fabril do calçado no norte de Portugal e, com o autor, partilhamos as ambivalências e os problemas que no quotidiano da investigação surgem quando negoceia, num mesmo terreno e simultaneamente, o seu estatuto de investigador e de trabalhador. No quarto texto, Ricardo **Vieira** parte de considerações gerais acerca da etnografia e, progressivamente, vai-nos introduzindo no tema da sua pesquisa que se baseia em entrevistas a professores dos três primeiros ciclos do ensino em Portugal. O autor demonstra como à medida que foi recolhendo narrativas biográficas foi identificando o seu *self* e traduzindo a sua própria experiência de professor.

Na segunda parte do livro, o quinto capítulo, de Manuela **Ribeiro**, questiona “como chegar às pessoas?”. Apresentando expressivos apontamentos do registo diário do seu terreno entre famílias camponesas transmontanas, vai-nos demonstrando o papel do tempo na construção das relações interpessoais e na colaboração progressiva entre investigadores e nativos. No sexto capítulo viajamos até aos Mapuche do Chile com Luís Silva **Pereira**. Da narrativa ressaltam dois aspectos: a forma como o investigador percorre um itinerário algo sinuoso até chegar aos Mapuche e as representações do estrangeiro (alicerçadas na história local e espalhadas através de boatos) que o etnógrafo enfrenta, levando a que os nativos lhe enderecem frequentemente uma mesma questão: “qué hace por estas tierras?”. No sétimo capítulo mudamos para o continente africano para, entre os Nalu da Guiné-Bissau, Amélia **Frazão-Moreira** nos descrever aspectos da sua interacção com os nativos em duas etapas do terreno: a da recolha etnográfica mais generalizada e a do processo de levantamento etnobotânico e uso de técnicas da “antropologia experimental”. No texto é recorrente a preocupação com as possibilidades de

retribuição e retorno do trabalho de campo. Manuela **Ferreira** retoma o tema da educação já antes trabalhado neste volume, mas agora com a etnografia de crianças em idade pré-escolar num jardim de infância em meio rural português. A autora começa por tecer uma crítica às limitações da perspectiva adultocêntrica da infância e acaba por procurar dar sentido ao jogo de perplexidades mútuas quando, como etnógrafa com o estatuto de “amiga”, fica para observar e participar nas actividades das crianças. Manuel Carlos **Silva** encerra a colectânea com algumas considerações sobre técnicas de recolha de dados e fala das vicissitudes das experiências de trabalho de campo em duas aldeias do Norte de Portugal, Aguiar e Lindoso. Na primeira experiência evidencia como as aparentes vantagens das relações intra-familiares na região e sobretudo a posição comprometida com a ideologia marxista num quadro de investigação-acção, se transformam em desvantagens no trabalho de campo; na segunda narra as dificuldades que experimenta na sua inserção na aldeia e a forma como vai resolvendo tais equívocos e operacionalizando a etnografia.

Que lições retirar deste variado conjunto de textos? Parece sempre proveitoso juntar pessoas que praticam e escrevem etnografia e fazer, de tempos a tempos, esse escrutínio das práticas, desses modos de construção de teoria ancorada na observação do real para produzir uma “epistemologia auto-reflexiva” no quadro das ciências sociais e traduzir algumas lógicas que informam o “jogo de espelhos” no campo (Estanque, p. 62 e 75) e, idealmente, avaliar as formas de representação em etnografia (Van Maanen 1995). São livros como este que nos obrigam a não perder de vista questões basilares (que talvez merecessem revisitação): como pensar terrenos tão diversos e particulares a partir de uma abordagem que tem tanto de idiosincrática como de disciplinar e sistemática? Que generalizações podem ir sendo feitas?

Ainda assim os contributos presentes em *Experiência Etnográfica em Ciências Sociais* são algo desiguais, traduzem diferentes níveis de desenvolvimento da reflexão metodológica e a diferente permeabilidade à complexidade que tal reflexão convoca. É provável que também reflectam os pontos de investigação em que foram escritos, os estatutos profissionais presentes dos investigadores e, mesmo que indirectamente, as tradições e os territórios disciplinares mais ou menos sensíveis à “nudez” metodológica (Raposo, p. 44) e sua reflexão sistemática. Não é de estranhar que alguns dos contributos assentem em objectivos concretos como dar a conhecer dimensões pessoais do trabalho de campo, e nesse sentido se evidenciem mais “confessionais” (cf. Van Maanen 1988) e outros se comprometam com a ambição de adivinhar soluções ou retirar algumas lições epistemológicas a partir dos seus itinerários etnográficos. Todavia, é sempre bom saber do que falamos quando falamos de etnografia, o que nuns casos é muito mais evidente do que noutros.

Outra bibliografia citada:

Van Maanen, J., 1988, *Tales of the Field. On writing ethnography*, Chicago & London, The University of Chicago Press.

Van Maanen, J., (ed.) (1995), *Representation in Ethnography*, Thousand Oaks, London, New Delhi, Sage Publications.

Susana Durão

Bolseira de Doutoramento FCT/ CEAS-ISCTE

(publicado na revista *Etnográfica*)